

## O FAZER VISÍVEL O “INVISÍVEL” NA SALA DE AULA

Marleide Lima de Brito Sousa<sup>1</sup>

*Resumo:* Trata-se de um texto produzido na disciplina Linguagens na sala de aula sobre a educação para as relações étnico-raciais no Brasil desde a chegada do europeu até a atualidade no que tange a dominação dos povos marginalizados através da educação, onde indígenas e negros foram subalternizados pelo discurso dominador do europeu ao longo tempo. O texto apresenta possibilidades de retomada dos discursos do indígena e do afro-brasileiro através da educação para as relações étnico-raciais fundamentado nos/as seguintes autores/as: Mignolo (2008), Schwarcz (1993), Guimarães (1999), Nascimento (2003), Gonzalez (2018), Louro (1997), Collet (2014), Paladino (2014), Russo (2014) e Lima (2015).  
*Palavras-Chave:* Sala de aula. Relações étnico-raciais. Discurso dominador.

O Brasil tem vivenciado ao longo de sua história uma sofrida trajetória de sufocamento dos povos subalternizados (afro-brasileiros e indígenas). Desde a chegada dos portugueses a Pindorama com o seu projeto colonizador os indígenas não tiveram mais paz. A imposição cultural do colonizador trouxe traumas e feridas para os povos originários que nem mesmo o tempo foi capaz de sarar. O europeu conseguiu destruir, de certa forma, uma história milenar, rica e incompreendida dos povos nativos brasileiros que na atualidade lutam e resistem constantemente para sobreviver diante dos resquícios do projeto colonizador que ainda persiste na contemporaneidade em perseguir, silenciar e apagar as vozes dos descendentes dos povos tupiniquins e tupinambás, dessa feita cabe salientar que a

---

<sup>1</sup> Licenciada em História (UNEB). Especialista em História Política (UNEB). Mestranda em Crítica Cultural pelo Programa Pós Crítica (UNEB).

trajetória desses povos não deve ser esquecida na sala de aula. A proposta deste escrito é discutir as principais ideias dos textos trabalhados na disciplina Linguagens na sala de aula ministrada pela professora doutora Lícia Maria Lima Barbosa vislumbrando a visão dos/das seguintes autores/as: Mignolo (2008), Schwarcz (1993), Guimarães (1999), Nascimento (2003), Gonzalez (2018), Louro (1997), Collet (2014), Paladino (2014), Russo (2014) e Lima (2015).

Como realizar essa proeza da desconstrução e da desobediência epistêmica? O autor Walter Mignolo (2008) traz uma visão inovadora sobre essa dita desobediência epistêmica, a proposta de Mignolo (2008) é transpor o discurso do europeu, ou seja, o discurso do colonizador numa perspectiva decolonial, seria uma oportunidade de fala aos povos subalternizados ao longo do tempo. A visão de Walter Mignolo (2008) é da opção decolonial na forma de pensar e agir que demanda ser a oferta do pensamento decolonial como uma opção dada para as comunidades que foram privadas de suas “almas”, de suas histórias, de suas culturas que revelam o seu modo de pensar e de saber. As identidades construídas pelo europeu eram racistas e patriarcais, a proposta da decolonialidade é desconstruir os fundamentos dos conceitos ocidentais e da acumulação de conhecimento do colonizador.

A desconstrução do conhecimento a partir da visão do europeu é uma tarefa que deve ser implantada na sala de aula, no discurso pedagógico, no refazer da versão trazida pelo livro didático sobre os povos originários, é um trabalho difícil, mas urgente para desobedecer a epistemologia do colonizador (MIGNOLO, 2008).

Na atualidade, os indígenas resistem para que a sua história seja preservada e respeitada pela sociedade. Essa luta perpassa das contribuições de teóricos indígenas e indigenistas que

reforçam a luta e resistência dos povos indígenas apesar da intencionalidade não declarada do apagamento desses povos originários que carregam o peso juntamente com os as populações afro-brasileiras das teorias raciais do séculos XIX.

Segundo Lília Schwarcz (1993), essas teorias raciais do século XIX eram uma tentativa de justificar a inferioridade e a fragilidade de determinadas raças diante da superioridade racial dos brancos pautada no discurso científico do darwinismo social para fortalecer a ideia de progresso, civilização e modernidade na apresentação da nação, contudo excluindo e marginalizando o indígena e o afro-brasileiro na história do Brasil no quesito modernidade. Entretanto, tal procedimento provoca algumas reflexões: Não foram esses povos que construíram exaustivamente a história deste país? Por que excluí-los e marginalizá-los? A versão do europeu era a que deveria prevalecer? A marginalidade estaria sujeita a essas raças subalternizadas? Não seria isso racismo?

Para Antônio Sérgio Alfredo Guimarães (1999), o racismo procede da instância da biologia e invade o espaço social. No Brasil construiu-se historicamente uma suposta “democracia racial”, no entanto as práticas racistas se dão a partir de uma certa naturalização do racismo que é um dos traços das relações sociais de dominação do branco utilizando o racismo e o preconceito como algo natural e normal. Guimarães (1999) destaca que o racismo submerge questões de cor e de classe, apesar das teorias antirracistas ganharem campo no mundo intelectual pós-guerra no Brasil essas teorias ainda vão carregar os impasses do racismo na sociedade envolvendo tanto a raça quanto a classe.

Diante dessa falsa “democracia racial” que perduraria no Brasil por anos pautada no discurso intelectual de uma elite branca, alguns movimentos de reações por parte de intelectuais

negros ou daqueles que advogam a causa do afro-brasileiro iriam ganhar grandes proporções no cenário nacional. Dentre eles, destaca-se o Teatro Experimental do Negro, esse espetáculo foi registrado no escrito de Elisa Larkin Nascimento (2003), o Teatro Experimental do Negro surgiu num período bem complicado da história brasileira, o Estado Novo. Mesmo em um período tão desfavorável politicamente, o TEN trouxe em cena a identidade afro-brasileira, o combate a ideia do evolucionismo com uma tendência de politizar a cultura através de uma proposta intelectual e política. Era uma sugestão de libertação dos negros da condição de marginalizados, oferecendo a educação como um instrumento de ascensão na sociedade. Olha a importância da educação aí nessa quebra de paradigmas como uma possibilidade de dar vez e voz para povos subalternizados! O TEN acreditava que era necessário reeducar o branco para reconhecer e respeitar o negro e a negra desconsiderando os seus critérios de beleza no que tange, principalmente, a mulher negra deixando de lado os seus padrões europeus de beleza feminina.

E por falar em mulher, Lélia Gonzalez (2018) traz uma discussão atual sobre o racismo e o sexismo. A discussão de Gonzalez (2018) é pautada no “não lugar” da mulher negra na sociedade brasileira e da pérfida “democracia racial” que se aproveita da figura da mulata no carnaval para exibir internacionalmente a ideia do “mito da democracia racial” no Brasil, mas no dia a dia essa mulher continua nas profissões menos valorizadas da sociedade (empregada doméstica, faxineira...), o momento da exaltação da mulata é tão passageiro, que nem alcança o cotidiano dessas mulheres. O sentido vendido e exportado da mulata é de símbolo sexual e não de uma mulher que merece ser reconhecida e respeitada em seu dia a dia, em sua luta constante pela sobrevivência que muitas vezes tem que ser chefe de família para sustentar os seus filhos na ausência de um pai que em diversas circunstâncias foi assassinado pela polícia.

Pregar a “democracia racial” no Brasil seria uma afronta aos povos marginalizados ao longo da história e na atualidade. Isso pode ser visto nas residências dos brancos e dos negros e, também, ser percebido no tratamento dado ao negro e ao branco devido a sua aparência que mesmo em pleno século XXI carrega o peso das teorias raciais do século XIX atrelando a figura do negro o estigma de marginal (SCHWARCZ, 1993). Acreditar no “mito da democracia racial” seria uma concretização do plano do dominador. De que forma se combateria tal plano?

A educação é, impreterivelmente, o caminho para se superar as mazelas da dominação do branco no Brasil. Guacira Lopes Louro (1997) evidencia o papel da escola na formação do sujeito vinculando a questão de gênero, etnia e classe. Para Louro (1997), a escola não se limita a transmissão de conhecimentos, mas também reflete os preconceitos e os racismos existentes na sociedade brasileira e caberia ao professor adotar uma postura que não reforçasse as ideias de machismo, sexismo e racismo que permeiam a sociedade e invadem o espaço escolar no pretencioso jogo de poder do dominador, Louro (1997) adverte o quanto é imprescindível as inquietações e questionamentos parte do professor diante desse cenário hegemônico.

A sensibilidade do professor no que diz respeito às questões das populações excluídas historicamente deve atingir diferentes instâncias. O livro *Quebrando preconceitos* de Célia Collet (2014), Mariana Paladino (2014) e Kelly Russo (2014) traz uma abordagem crítica e inovadora sobre o ensino da história e da cultura dos povos indígenas no Brasil, esse trabalho nasceu de inquietações que essas pesquisadoras tiveram após observações de professoras da Educação Básica no ensino da temática indígena. A discussão desse material abrange questionamentos e provocações sobre a visão romântica e estereotipada do “índio” e oportuniza conceitos importantes sobre os indígenas e os elementos de sua história,

além de trazer uma série de atividades para serem trabalhadas em sala de aula. De fato, os povos indígenas e a sua verdadeira história e cultura ficaram de fora dos livros didáticos por muitos anos. A visão do “bom selvagem” construída e, por vezes, destruída pelo colonizador, na verdade nunca existiu.

Sendo assim, a educação seria a válvula de escape para essa visão sexista, machista, patriarcal, racista e elitista que prevalece no ambiente escolar. É preciso trazer à tona as histórias desses povos marginalizados na história do Brasil nas discussões das salas de aula desse país tão diverso. Na visão de Lima (2015), a escola é o espaço de disseminação da cultura letrada e do apagamento das culturas indígenas e afro-brasileiras, o silenciamento da história dos negros e dos indígenas fortalece a imposição eurocêntrica, para evitar essa visão do branco a autora enfatiza a necessidade da formação docente, ou seja, uma formação continuada no intuito de abordar a temática da diversidade e das desigualdades raciais no espaço escolar alertando que não seria uma celebração das diferenças e das desigualdades, mas sim uma provocação aos questionamentos associados a identidade, a cultura, a política e ao poder.

As linguagens na sala de aula são diversas. Nessa disciplina as reflexões foram constantes, o fazer e o refazer pedagógico me estimulou ao desafio de tentar fazer o “invisível” historicamente visível na sala de aula, foi uma desconstrução total dos saberes adquiridos ao longo da carreira do Magistério, saliento que a formação continuada é o caminho para os professores e professoras da Educação Básica, ou seja para mim e para meus colegas. Essa disciplina me despertou para a urgência dessa formação continuada no viés da raça, gênero e sexualidade, em outras, a interseccionalidade na sala de aula.

## REFERÊNCIAS

COLLET, Célia; Mariana Paladino; Kelly Russo. *Quebrando preconceitos: subsídios para o ensino das culturas e histórias dos povos indígenas*. Rio de Janeiro: Contra capa Livraria/Laced, 2014.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. In: GONZALEZ, Lélia. *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa....* São Paulo: UCPA, 2018.p. 190-214.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Raça e racismo no Brasil. In: GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Racismo e Anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 1999.p. 19-70.

LIMA, Maria Nazaré Mota de. *Relações étnico-raciais na escola: O papel das linguagens*. Salvador: EDUNEB, 2015.

LOURO, Guacira Lopes. . A construção escolar das diferenças. In: LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação*. 4. ed. Petropólis, RJ: Vozes, 1997.

MIGNOLO, Walter. “Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política”. In.: *Cadernos de letras da UFF — Dossiê Literatura, língua e identidade*. n. 34, Niterói, 2008A, p. 287-324.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. Teatro Experimental do Negro: tramas, textos, atores. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin. *O sortilégio da cor: Identidade, raça e gênero no Brasil*. São Paulo: Summus, 2003. Cap 6.p. 281-380.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Uma história de "diferenças e desigualdades": as doutrinas raciais do século XIX. Introdução, cap 1 e 2.